

# **O RESGATE DA MEMÓRIA JUNTO A MORADORES DA REGIÃO DO MONTANHÃO: UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BAIRRO**

Ludmila Dantas Feitosa –Universidade Metodista de São Paulo

## **Resumo**

Trata-se de pesquisa qualitativa que visa por meio da memória dos moradores da região do Montanhão compreender a trajetória de conquistas sociais do grupo e seu impacto na formação de uma nova subjetividade. Esta pesquisa realizou-se em parceria com uma ONG que desenvolve projetos de formação na área da cidadania junto à periferia de São Bernardo do Campo e está atrelada ao eixo II de trabalho da Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades, que propõe a criação e desenvolvimento de processos de participação social capazes de criar uma nova cultura política pela inserção das subjetividades como lugares de diálogos e valores na construção da cidade necessária e desejável. A partir do referencial teórico-metodológico da fenomenologia em diálogo com as Ciências foram colhidos os dados e analisados compreensivamente. O material constou de pesquisa bibliográfica, levantamento de dados oficiais, participação em atividades da comunidade que compuseram registros situacionais das reuniões da associação de moradores, diário de campo e quatro histórias orais de vida. Foram levantadas as unidades de significado e agrupadas em categorias para serem fenomenologicamente analisadas. A relevância deste projeto está em resgatar a memória do processo de inserção social no decorrer da história dos moradores da periferia de São Bernardo do Campo. Ao sistematizar experiências que tem dado certo por meio da análise do processo de pequenas conquistas de cunho social, que culminam com a adesão de outros moradores da comunidade, contribui para a reflexão sobre a participação social como um dos fatores da formação da subjetividade cidadã.

**Palavras chaves:** Memória - subjetividade cidadã - gestão de cidades.

## **Abstract**

This is a qualitative research that aims by the memory of the Montanhão's inhabitants comprehends the trajectory of social victories and its impact in the development of a new subjectivity. This research was made with an NGO (Non-government organization) as ally. It makes formation's projects in the citizenship's area in the outskirts of São Bernardo do Campo and has relationship with the second axle of the "Cátedra Celso Daniel de Gestão de Cidades" that proposes the creation and development of social participation's process that may create a new political culture thinking the subjectivities as places of dialogs in the construction of a need and deserved city. With the phenomenology as theory and method, data was collected and was analyzed comprehensively. We made use of bibliographical research, official data collecting, participation in the community's activities, field's daily and four oral histories of life. The meaning's unities were reunited in categories that were analyzed phenomenologically. The relevance of this project is in the rescue of the memory about the social insertion's process in the history of the São Bernardo do Campo outskirts' inhabitants. Knowing experiences that are going fine by the small social conquests process' analyses, which leads to the collaboration of another community's members, makes us reflect about the social participation as one of the factors that forms the citizen subjectivity.

## **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa aborda as relações sociais configuradas em espaços de exclusão e resistência para a maioria da população que vive às margens dos bens e serviços gerados em

nossa sociedade. Essa exclusão pode ser acompanhada pela história de vida das pessoas que estão inseridas neste contexto, as quais vem de longa data sendo colocadas em espaços geográficos precários.

A Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades, ao trabalhar para a formação contínua dos novos atores da cidade, construindo massa crítica capaz de realizar uma melhor análise e interpretação da cidade em sua complexidade, abre espaço para situarmos o presente projeto em um de seus eixos de trabalho, o qual propõe a criação e desenvolvimento de processos de participação social capazes de criar uma nova cultura política, tanto pela consciência da necessária comunicabilidade da gestão plural da cidade quanto pela inserção das subjetividades como lugares de diálogos e valores na construção da cidade necessária e desejável.

A Psicologia toma a frente desta iniciativa, ao colocar-se como mediadora do processo de compreensão da tomada de consciência de tais pessoas e de seu desenvolvimento de uma subjetividade cidadã. Permite desvelar a partir da experiência concreta dos indivíduos o processo de inserção social, onde a alienação perde lugar com as tomadas de decisão que deixam de ser em um âmbito individual e passam para uma esfera social.

A cidadania, segundo Santos (1998), é algo aprendido. Sendo assim, a mesma não pode ser apenas tomada como um estado de espírito ou uma declaração de intenções, deve estar inscrita na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e o direito de reclamar e ser ouvido. Ela pressupõe a existência de cidadãos que participem de atividades e ações referentes ao bem comum (sendo atores neste processo democrático). É uma ação reflexiva que envolve discussão e crítica acerca de atividades políticas; além de uma tomada de decisões no que se refere a ela. Em suma, a cidadania é “o ato de comprometer-se com os valores constitutivos da Liberdade e da Vida, condicionados pela Igualdade” (PELISSARI, 1995, p.42).

A aceitação dos discursos da modernidade e da globalização leva à manutenção do *status quo*. Assim, os brasileiros que pensam individualmente ou globalmente reconhecem a realidade brasileira e essa situação leva-os a fantasiar com a união desse país com aqueles por cada um idealizados. Essa identificação com os países de primeiro mundo caracteriza um modo de subjetivação presente em nossa sociedade. (SOUZA, 2002). Essa idealização do estrangeiro é acompanhada pela negação das dificuldades que de fato se vive na sociedade. Esquece-se de que é mais importante sanar problemas básicos como saneamento e alimentação do que encher uma sala de aula com computadores; ou que o indivíduo não é meramente razão, mas também afeto. (SOUZA, 2002).

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a degradação das escolas, um triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, dado seu caráter de instrumento da busca da ascensão social. “Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*” (SANTOS, 1998, p. 13).

As leis injustas não são os únicos fatores que acarretam a cidadania mutilada (SANTOS, 1990). A própria estrutura do espaço propicia tal fenômeno: deixando ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e terminar por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.

Olhando-se o mapa do país, segundo Santos (1998), é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e individual. O mesmo se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem.

Percebe-se então que o cidadão mutilado não é somente alvo de sua pobreza, mas pela sua segregação a bairros que, pela ausência ou pela escassez de serviços públicos os tornam ainda mais pobres (SANTOS, 1990). E esse cidadão mutilado é induzido a interpretar a situação

de seu bairro como aquele que tem todo tipo de carências. Desse modo, não somente a cidade capitalista é injusta para com o pobre: a sua própria pobreza também é.

Da mesma forma como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, cultura e a territorialidade podem ser descritas como sinônimos, destaca Santos (1998). A cultura (forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo) é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. É por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é freqüentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são também, desculturalização (SANTOS, 1998).

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. O cimento regional, conforme Santos (1998) o vê, tanto se obtém através da solidariedade orgânica quando o essencial da divisão do trabalho é praticado na área, como através da solidariedade funcional regulada, isto é, quando a coesão das pessoas, através da produção social exige a interferência de dados especificamente institucionais, que se superpõem aos dados propriamente produtivos e asseguram o posicionamento social.

Vivendo em comunidade, é possível que o homem expresse a sua liberdade; e a verdadeira liberdade dos pobres consiste nisso: sabem que de nada adianta imaginar que um dia alcançarão os tesouros que abarrotam as casa dos ricos e da classe média. O que eles aspiram, sobretudo é alcançar, pelo menos, aqueles bens e serviços que tornam a vida mais digna. E é diante da consciência das impossibilidades de mesmo atingir aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isto é, sua posição social (SANTOS, 1998).

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar (SANTOS, 1998).

Para Borges et. al. (2002) a cidadania seria oferecida pelo Poder Público aos excluídos ludibriando a população oferecendo-lhes saúde, educação, trabalho e lazer sem modificar a sua situação de excluídos e de sua situação de “risco” (risco este para a minoria da população). É o Estado quem tem o poder de controlar a cidadania dessa população para mantê-la sob sua dependência. Entretanto, a dominação psicológica nunca é completa (MARTÍN-BARÓ, 1987 apud BORGES et al., 2002): o colonizado está inferiorizado, mas não convencido dessa sua inferioridade. Uma subjetividade cidadã supera o individualismo e trabalha em prol de um interesse comum atravessado pela luta de classes. (BORGES et. al., 2002).

Pode-se dizer então, após esta sucinta introdução teórica, que o objetivo deste trabalho é, por meio da memória dos moradores da região do Montanhão, compreender a trajetória de conquistas sociais do grupo, entre elas, a organização de uma horta comunitária e seu impacto na formação de uma nova subjetividade. Para tanto, esta pesquisa foi realizada em parceria com uma ONG que tem desenvolvido projetos de formação na área da cidadania junto à periferia de São Bernardo do Campo.

Já sua Relevância reside no resgatar a memória deste momento de inserção social no decorrer da história dos moradores da periferia de São Bernardo do Campo, pois ao sistematizar as experiências que tem dado certo, possibilita que haja a adesão de outros moradores da comunidade para contribuir para a reflexão sobre a participação social como um dos fatores da formação da subjetividade cidadã.

## **METODOLOGIA**

No que se refere à metodologia adotada para a realização desta pesquisa, faz-se necessário, para uma melhor compreensão dos dados, trazer algumas breves considerações a respeito do método e das técnicas adotadas para a sua coleta.

## **MÉTODO FENOMENOLÓGICO**

O método fenomenológico propõe um retorno à “coisa mesma” como um caminho que permite a compreensão da realidade em sua dinamicidade e a existência de um ser humano que é atribuidor de significados. Consiste, desta forma, em um convite ao exercício reflexivo que permite abarcar o novo saber conforme produzido, ou seja, a partir da experiência, abrindo caminho para a construção de novos paradigmas de produção de conhecimento.

Por meio do resgate da memória dos sujeitos, buscou-se a raiz do fenômeno estudado, pois somente a partir dos atores sociais, que doam as suas próprias experiências, é que podemos vislumbrar novos sentidos a gestão da cidade.

Para que uma análise fenomenológica dos dados fosse efetuada, optamos por coletá-los com base na pesquisa participativa e com a técnica de história oral de vida.

## **PESQUISA PARTICIPATIVA**

A pesquisa participativa permite uma aproximação da complexidade das situações sociais que se pretende estudar (THIOLLENT, 2000). Partindo de uma posição ética de abordar um determinado fenômeno, a participação, o auxílio não-impositivo e a devolução das informações ao interessados, compõem uma forma de emancipação. Desta forma, a pesquisa é orientada no intuito de estimular a cooperação, o comprometimento e a solidariedades entre as partes interessadas (THIOLLENT, 2000; OLIVEIRA, 1981).

## **HISTÓRIA ORAL DE VIDA**

A História oral de vida, para Meihy (2002), é uma narrativa do conjunto de experiências de vida de uma pessoa, sendo que, o sujeito primordial dessa espécie de história oral, tem uma maior liberdade para dissertar, o mais livremente possível, sobre sua experiência pessoal.

A ordem do que se pode descobrir numa história de vida não é uma construção subjetiva do indivíduo, nem um simples produto de modelos sociais prefigurados objetivos, nem decorre de idéias ou fatos, mas é ocasionada pela “vida de experiência do mundo”, ou seja, é a ordem da inter-relação primordial do “mundo” e do “eu” (ROSENTHAL, 2002).

## **MÉTODO**

Os sujeitos de nossa pesquisa são moradores do Bairro do Montanhão, que estão envolvidos diretamente com a Associação do Bairro.

O projeto inicial propunha a realização da coleta de seis histórias orais de vida, sendo que nesta pesquisa foram apresentadas apenas quatro. Tal diminuição foi necessária em virtude dos acontecimentos ocorridos no mês de janeiro de 2005 no Bairro do Montanhão, onde devido as fortes chuvas, várias famílias foram removidas as pressas de suas casas. Este acontecimento mobilizou a Associação e seus membros, os quais foram fundamentais para que o processo de remoção das famílias fosse facilitado e adequado.

Em relação à coleta das histórias orais de vida, uma delas foi realizada na sede do Projeto Meninos e Meninas de Rua, localizada na avenida Jurubatuba em São Bernardo do Campo. As demais, foram realizadas na própria sede da Associação do Bairro do Montanhão.

Por meio da descrição do sujeito (gravada em fita de áudio e transcrita literalmente), foi efetuada uma redução fenomenológica; esse processo seria caracterizado pela busca das unidades de significado (que são as partes essenciais do relato do indivíduo).

Em seguida, parte-se para uma interpretação fenomenológica. Nesta etapa, as expressões dos sujeitos são transformadas em uma outra linguagem: as unidades de significado são agrupadas em categorias.

Segue-se a essa interpretação fenomenológica aquilo que se chama análise ideográfica. Essa análise baseia-se no entrar, penetrar o mundo do sujeito para que haja a compreensão do

fenômeno. É a psicologia do individual onde se obtém aquilo que o sujeito responde ao fenômeno.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O material de análise do projeto constou, além das quatro histórias orais de vida, de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados oficiais.

Dado o tamanho dos relatos e o minucioso rigor que requer o tratamento dos dados, optamos por apresentar apenas uma unidade de significado de cada uma das nove categorias encontradas.

São elas:

### **1. FIM DOS EMPREGOS: A LÓGICA DO MERCADO**

*“Minha vida aqui não foi muito fácil: o desemprego na época que eu cheguei em São Paulo e a falta de estudo levou-me a trabalhar em construção civil, como segurança, trabalhei no Montanhão em torno de dois anos carregando areia, pedra e cimento”.*

Essa fala mostra o quanto é marcante a questão do emprego na vida desses indivíduos, já que os mesmos necessitam vender no mercado seu produto: “o trabalho”. Mas a lógica do mercado, que instrumentaliza o homem, faz dos empregos mais uma forma de exclusão social.

### **2. DEMOCRACIA: UM VOTO PELA NÃO-CIDADANIA**

*“Sinceramente não culpo a todos os políticos, pois acredito que muitos deles estejam interessados num mundo melhor, mas eu estou envergonhado com a política em geral”.*

Esta fala ressalta um momento contemporâneo da percepção da política brasileira e da própria forma assumida pela democracia. Essa democracia percebida como imperfeita acarreta uma cidadania cada vez mais distante de cada membro da população brasileira.

### **3. MONTANHÃO: DE BARRO A BAIRRO**

*“Quando eu cheguei, esse bairro era só mato e barro. Eu fui um dos seus fundadores”.*

Esta fala demonstra que pessoas que vivem em lugares assim têm à esperança como direito e o sonho como dever, pois são eles que dão significado ao local onde vivem. Não podem contar com a ajuda pública, devem tomar em mãos as rédeas de suas vidas e transformar o barro do chão onde pisam num lugar para viver e construir suas histórias. O planejamento urbano convencional trabalha a partir de falsas premissas e fica dando voltas em torno de si mesmo, sem encontrar uma saída que seja de interesse da população.

### **4. HISTÓRIA DE VIDA NO LUGAR ONDE SE VIVE**

*“É isso que é a história do morro e minha também”.*

Em todo este contexto, o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, é também um dado simbólico. Isso faz com que a lembrança seja a história da pessoa enquanto vivenciada.

### **5. GEOGRAFIA DA NÃO-CIDADANIA**

*“A sociedade está de um lado e nós estamos distantes dessa sociedade. Nós queríamos cidadania para os moradores do morro, que pelo menos os jovens tivessem oportunidade de frequentarem uma faculdade”.*

A distribuição atual dos serviços está gritantemente em desacordo com as exigências presentes das populações, comprometendo conseqüentemente o seu futuro. Verifica-se quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade

demográfica, os serviços básicos a vida de qualquer indivíduo, estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem.

## **6. A ASSOCIAÇÃO COMO PARTE DA HISTÓRIA: UM COMPROMISSO PERANTE A COMUNIDADE**

*“Inclusive depois pensei em sair, mas não podia mais devido ao compromisso que você assume com as pessoas, com aquelas que doaram materiais”.*

E é diante da consciência das impossibilidades de atingir aquele mínimo essencial, que os pobres descobrem sua posição social. Porém, mesmo neste contexto, eles podem se organizar para tentar sanar alguns de seus problemas, assumindo um compromisso perante seu próximo, alargando as possibilidades de alcançar aquilo que lhes falta.

## **7. DO INDIVÍDUO AO CIDADÃO**

*“Com o tempo os moradores foram entendendo que o lixo é ruim. E fiquei contente ao ver que alguns tinham se conscientizado”.*

Com esta fala, pode-se desvelar parte importante do fenômeno de construção da subjetividade-cidadã, que se dá na passagem do individual para o coletivo, ou seja, na superação do nível puramente egoístico e escapando ao fato de que, no capitalismo avançado, a própria individualidade se tornou mercadoria. Essas pessoas privilegiadas ultrapassam o conceito de “massa” e são, desse modo, capazes de ter uma existência de indivíduos solidários tanto ao nível da ação quanto ao nível da sensibilidade.

## **8. UM OLHAR PARA O OUTRO: APRENDIZAGEM NO CONVÍVIO SOCIAL**

*“Eu aprendi muito com a Associação. Se eu dissesse que estou ensinando alguma coisa estaria mentindo, eu estou aprendendo com as pessoas”.*

Ensinar e aprender é um processo que não se fragmenta quando olhamos para o mundo-da-vida desses indivíduos. Desta forma a cidadania é algo que se aprende, logo falar em subjetividade-cidadã é falar em um processo de construção de atores sociais conscientes de seus direitos.

## **9. AÇÕES: CONSTRUINDO O DEVR**

*“Nossa maior preocupação é com o futuro, o futuro dessa comunidade que já tem por volta de vinte anos”.*

Os projetos que estão sendo pensados e desenvolvidos pela comunidade são ações no presente que os lançam para o futuro. Futuro este, aqui entendido como devr, o qual se abre em possibilidades dadas ao ser. A subjetividade-cidadã constituída da experiência cotidiana de participação social em microrredes para a gestão das cidades, que se revela na fala dos sujeitos, nos remete as mobilizações da comunidade para as realizações que visam o bem comum de todos os que moram na região.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Resumindo os resultados e as análises, pode-se dizer que essa associação do bairro cria um espaço de formação e desenvolvimento de uma subjetividade que rompe com os interesses individuais. Ela própria inicia suas atividades pelo envolvimento de algumas pessoas na busca de soluções de problemas comuns. Seu espaço passa a ser aquele em que qualquer pessoa é protagonista na construção de sua cidadania ao participar de diferentes atividades (núcleos de formação cidadã, grupos de discussão, capoeira etc.) que permitem o desenvolvimento de um senso crítico que permite identificar as reais necessidades da população e como se organizar na busca de suas demandas. Faz com que as pessoas saiam de seu silêncio: permite que seja dada

voz às denúncias de violação de seus direitos para que haja a garantia de uma cidadania mais plena aprendendo a ser co-responsáveis em sua construção (que implica em deveres, como, por exemplo, a preservação do lugar onde moram). Tudo isso permite que um movimento seja proposto para a gestão de cidades, a partir deste relato da construção da subjetividade cidadã em micro-redes.

Desta forma, os resultados obtidos apontam para a necessidade da continuação de pesquisas no que se refere à participação em micro-redes. Muitas perguntas novas surgem e entre elas: como se dá a construção da subjetividade em uma situação de vulnerabilidade como a do desabamento recente que fez com que muitos moradores saíssem da região? Assim, nota-se que uma pesquisa nunca se fecha em si mesma, mas sim, promove novas indagações e reflexões sobre novos temas; e este é o tema de um próximo projeto.

## **BIBLIOGRAFIA:**

BORGES, S.; CANIATO, A.; CASTRO, Ma.; CASTRO, Mi.; CORAZZA, L. F.; FERNANDEZ, P.; FILHO, O. S.; QUILICE, K.; REIS, N.; RODRIGUES, A.; SANTOS, L.; SILVA, J. Phenix: a ousadia do renascimento da subjetividade cidadã. In: ABRAPSO. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo: ABRAPSO, 1986.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

OLIVEIRA, M. D.; OLIVEIRA, R. D. Pesquisa social e ação educativa. In: BRANDÃO, C. R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PELISSARI, M. A. *A condição cidadã: valores éticos na individualidade*. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

ROSENTHAL, G. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.) *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2002.

SANTOS, M. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1998. (coleção espaços)

SOUZA, M. Modernidade, subjetividade e valores: novos (velhos) sintomas na sociedade contemporânea. In: SANTOS, G. A.; SILVA, D. J. *Estudos sobre ética: a construção de valores na sociedade e na educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

THIOLLENT, M. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. In: FILHO, T.A.; SOARES, R. L. S.; THIOLLENT, M. (org.) *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói: EduFF, 2000.